

Desafios à Defesa Nacional no mundo contemporâneo

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima¹

“Não há no horizonte nem paz nem prosperidade.”

(Jaime Klintowitz — editor-executivo da REVISTA VEJA — in “O mais duro dos testes: a realidade”; Ed.2086)

RESUMO

O presente artigo tem o propósito de despertar a atenção para desafios difusos ou velados, que se apresentam à Defesa Nacional em um mundo marcado por inflexões geopolíticas neste alvorecer do século XXI.

Defesa Nacional

A defesa nacional, função do Estado e direito fundamental de um povo, deve ser entendida como um conjunto de ações e medidas concretas que visem a assegurar a integridade territorial, a soberania nacional e os interesses vitais de uma nação.

Embora constitua parcela expressiva da segurança nacional — esta, de concepção mais ampla e de natureza sensorial —, a defesa não se processa por meio de retórica ou de rompantes.

No cerne de sua concretude, dois aspectos devem ser ressaltados: o envolvimento da sociedade; e o conjunto de ações e medidas efetivas.

O envolvimento da sociedade significa que, em tese, todos os cidadãos (no nosso caso, todos os brasileiros) devem, de uma forma ou de outra, estar comprometidos com a temática da defesa, em que pese serem a direção política do Estado e as Forças Armadas os segmentos sociais protagonistas dessa atividade.

A sociedade, por não poder prescindir de segurança para desfrutar de progresso e bem-estar,

deveria estimular nas autoridades a implementação das medidas que convergem para uma real capacidade de defesa, expressa tanto pelas Forças Armadas quanto pelas entidades civis envolvidas nessa tarefa. Essas medidas deveriam inserir-se no rol das mais expressivas aspirações sociais. Também para isso, a sociedade delega poderes aos seus representantes.

O conjunto de ações e medidas concretas traduz-se, dentre tantas, pelas seguintes: formulação de políticas e estratégias de defesa; manutenção da solidez institucional; alocação de recursos financeiros condizentes com as necessidades de defesa do país; planejamento conjunto da defesa, envolvendo todos os níveis institucionais; preparo e equipamento adequados das Forças Armadas; construção e manutenção de uma base industrial de defesa; implementação de um sistema eficiente de mobilização nacional; estímulo a pesquisa e desenvolvimento científicos; enfim, por uma extensa gama de providências que cada campo ou expressão do poder nacional deve conhecer e adotar em prol da Defesa Nacional.

¹ O autor é coronel da arma de Artilharia da reserva do Exército Brasileiro e doutor em Ciências Militares.

A emoldurar esse complexo, destaca-se, também como medida concreta, a orientação dos cidadãos, pela educação, sobre a imprescindibilidade da existência de um aparato nacional de defesa, de modo que a sociedade possa apoiar sua construção e reclamar das autoridades competentes a devida atenção para esse aspecto tão significativo da vida nacional.

Em síntese, Defesa é ação contínua e não conjunto de medidas esporádicas e parciais. É preciso insistir na assertiva de que ela não se implementa da noite para o dia, lembrando-se de que segurança angaria atrativos econômicos e estabilidade e, nesse rastro, bem-estar social.

Aspectos geopolíticos da contemporaneidade

Estamos, hoje, diante de um ordenamento mundial em que se destaca uma única superpotência — os Estados Unidos da América (EUA) —, com presença militar em várias regiões estratégicas do Globo e no espaço sideral, disposta a defender, por quaisquer meios e ao arripio de qualquer tratado, seus interesses nacionais. Uma nação respeitável, pelo nível de desenvolvimento que atingiu e pela estatura geopolítica que adquiriu, mas que, por atitudes consideradas “imperialistas”, “belicistas” ou “arrogantes”, vem angariando crescente repulsa internacional, particularmente da parte do mundo islâmico e da região pós-soviética. Esse sentimento generalizado, os erros estratégicos devidos a intervenções militares em países alegadamente suspeitos de abrigar o terrorismo ou de proliferar armas de ampla letalidade, a debacle de seu sistema financeiro — com reflexos mundiais —, a par do surgimento de novas potências econômicas, são fatores que estão a contribuir para o declínio do prestígio e até do poderio norte-americano, levando à perspectiva de um possível “vazio de

poder”, que, por sua vez, poderá implicar nova bipolarização ou multipolarização no Mundo. Paul Krugman — professor na Universidade de Princeton, recentemente agraciado com o Prêmio Nobel de Economia — chegou a afirmar que “os Estados Unidos não são mais o motor da economia mundial”, conforme publicado em sua obra intitulada *A desintegração americana — EUA perdem o rumo no século XXI*.

Essa possibilidade de vazio constitui, por si só, um desafio a ser considerado para o futuro próximo, com prováveis reflexos particularmente na estratégia da aliança adotada pela maioria dos países.

Corroborando essa perspectiva, o professor Couteau-Bégarie — da Sorbonne — declarou que “o século XXI será policêntrico, com diferentes polos de poder, em uma mistura permanente de cooperação forçada devido ao comércio e às rivalidades”.

Em segundo plano, encontram-se quatro potências nuclearmente armadas — Reino Unido, França, Rússia e China — que, embora tenham menor capacidade suasória do que os EUA, detêm, ao lado deste país, assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU) e, como tais, emergem ao lado da superpotência como coparticipes na condução ou na indução dos destinos do Mundo. Sob esse *status*, apresentam-se normalmente como aliados entre si e contrários à pretendida permanência de outras nações no citado conselho, em flagrante demonstração de um insensato “corporativismo.” Ou seja, o CS/ONU continua, na realidade do século XXI, com a mesma postura de meados do século passado, quando instituída a Organização após o término da II Guerra Mundial.

Ainda nesse bloco, embora sem assento permanente no Conselho, incluem-se Alemanha, Japão e Itália como potências equivalentes às citadas, além de outras.

Em um terceiro plano, podem ser enquadradas as nações ditas “emergentes” — o que, em termos claros, quer dizer “de menor porte” ou “aspirantes a potência” —, que também têm como objetivo nacional tornarem-se atores relevantes no contexto internacional, de modo a reunir condições de defender com mais consistência seus interesses nacionais. Via de regra, são possuidoras de consideráveis reservas de recursos naturais (muitos dos quais essenciais à sobrevivência humana) e de variado potencial energético, o que as torna alvos de interesse econômico por parte das principais potências. Essa condição, qual seja, a de “celeiros de bens vitais passíveis de serem requisitados no futuro”, estimula as potências de primeira linha a propugnar pelo cerceamento do desenvolvimento desses emergentes, particularmente de seu poderio bélico, uma vez que um aparato militar realmente dissuasório servirá, mais adiante, de obstáculo à implementação de possíveis ações no sentido de se apossar dos referidos bens para atender às respectivas necessidades nacionais.

Dessa sutil pretensão, possivelmente emergiram as hoje propaladas concepções de “interesse humanitário”, “patrimônio da humanidade”, “soberania relativa”, “fronteiras flexíveis”, exploradas intensivamente pelas potências para serem aplicadas em territórios alheios, não nos próprios. Inclusive a doutrina de “responsabilidade de proteger”, cultivada na cúpula da ONU, pode estar em sintonia com essas concepções.

Nesse patamar de posicionamento, destaca-se, dentre outras nações, o Brasil, por seu expressivo patrimônio natural, seu potencial

energético, seu rico subsolo, sua base física de dimensões continentais e por suas possibilidades de amplo crescimento socioeconômico.

Finalmente, há aqueles países sem maior expressão, que dificilmente encontram eco mundial para suas reivindicações, que vivem às voltas com dissensos internos de vários matizes, assolados, muitas vezes, por conflitos sociais graves e por epidemias, que nem chegam a desfaldar a bandeira da esperança por dias melhores...

Em síntese, pode-se afirmar que, no concerto das nações, sejam quais forem seus *status*, ainda prevalece o irrefutável princípio de se priorizarem

os próprios interesses e valores nacionais, mesmo diante da assimetria de poderes.

Assim, pautar o relacionamento externo por devaneios ideológicos, radicalismo cultural, lastros de amizade pessoal ou por conveniências políticas de governantes

em detrimento de elevados interesses nacionais poderá redundar em erro estratégico irreparável ou de difícil reparação, como, por exemplo, a falta de visão para identificar oportunidades e riscos para o país. O fato concreto é que o mundo tem assistido a constantes e repentinas transformações geopolíticas, que, ora favorecem, ora se antepõem aos interesses nacionais. Transformações essas que nenhum estudo prospectivo, nenhum cenário tem conseguido prenunciar.

Não é por mero diletantismo que o Prof. Martin Von Creveld — PhD na London School of Economics and Political Science — declarou:

É claro que ninguém pode afirmar honestamente como será o mundo em 2025; além disso, o que

“O século XXI será policêntrico, com diferentes polos de poder, em uma mistura permanente de cooperação forçada devido ao comércio e às rivalidades”

Couteau-Bégarie

acontecer até lá não acontecerá da mesma forma nem no mesmo ritmo, nas diferentes partes do mundo.

A endossar essa assertiva, encontra-se Nassim Taleb — doutor em Probabilidades pela Universidade de Paris e professor de Ciência das Incertezas na Universidade de New York —, quando afirma:

Na falta de uma previsão confiável, melhor não usar nenhuma. Está claro que as pessoas devem fugir do excesso de planejamento apoiado em cenários. O problema é que os governos adoram essas previsões e suas políticas baseadas nelas. Mas, em um mundo tão complexo como o atual, são muitos os eventos inesperados, e estes passam invisíveis aos olhos das estatísticas. Tais situações, impossíveis de serem previstas, podem ter um enorme impacto na vida das pessoas, não apenas em economia.

Um exemplo oportuno de inconsistência dessa base de cenários, encontra-se na declaração do ex-presidente do Federal Reserve (Fed) — Alan Greenspan — ao declarar, sobre a recente crise financeira gerada nos EUA:

É exatamente por isso que fiquei chocado, pois acompanho 40 anos ou mais de evidências bastante significativas de que o modelo em vigor estava funcionando excepcionalmente bem.

Para concluir a presente consideração, recorro, mais uma vez, ao Prof Couteau-Bégarie:

O sistema mundial no século XXI é por demasiado complexo para que seja possível dizer com certeza quais serão as suas grandes linhas de força.

Como corolário das mencionadas transformações, as fronteiras físicas dos países já demonstram tendência a se tornar mais porosas, e o espaço geográfico abre as portas para a “transnacionalização” da produção e dos fluxos financeiros, a intensifi-

cação do comércio internacional, a aceleração dos transportes e a presteza das informações.

No rol de interesses nacionais, despontam as relações econômico-financeiras entre os países, cada vez mais consolidadas e interdependentes, verdadeiras molas mestras a impulsionar a dinâmica desses relacionamentos.

Hoje, novos polos econômicos têm surgido ao redor do Mundo, fazendo crer que se encontra em evolução um novo equilíbrio de poder econômico. Como exemplo, pode-se citar o expressivo crescimento dos países ditos “emergentes”, alguns inclusive com destacada inserção financeira e comercial nas economias das principais potências. Outro exemplo que pode induzir a esse reequilíbrio são as periódicas crises econômico-financeiras que têm abalado o Mundo.

Esse fenômeno tem provocado a celebração de novas alianças entre países: a formação dos mais distintos blocos, não mais com base em identidades ideológicas como no cenário da Guerra Fria, mas nitidamente orientados segundo os mencionados interesses nacionais, atuais e futuros, explícitos ou implícitos, e não apenas na área econômica.

Nos dias atuais, é praticamente consenso entre as nações que a solução dos complexos e disseminados problemas que assombram a humanidade perpassa por ações conjuntas dos Estados nacionais, e mesmo de agentes não estatais, desestimulando atitudes unilaterais. Esse consenso vai ao encontro da debatida necessidade de se reformular o Conselho de Segurança da ONU, cuja composição decisória encontra-se estagnada segundo a conjuntura de meados do século passado, conforme já assinalado neste artigo.

No encadeamento dos problemas contemporâneos, inserem-se as mais diversificadas ameaças — como terrorismo, narcotráfico, aquecimento global, degradação ambiental, escassez de alimentos, movimentos migratórios, radicalismos etnorreli-

giosos, aumento da pobreza, genocídios, corrupção institucionalizada, potencialização de reivindicações de minorias sociais, revisionismos históricos como forma de contestação, entre outras —, constituindo óbices à plena consecução do almejado bem-estar social, pois fraturam a sociedade.

A par desse rol de aspectos negativos, que não constituem objeto deste artigo, não se pode ignorar a ameaça “fantasma”, que está em todo lugar e em lugar nenhum, denominada “incerteza do futuro”, visto que este já não se pode mais conceituar como extensão do presente. Aliás, o futuro é de quem se move com agilidade, de quem se antecipa. No mundo contemporâneo, crivado de incógnitas, não há mais tempo para retóricas e protelações; ou se faz ou se deixa de fazer. “Simples” assim!

Um aspecto também relevante no mundo de hoje é a assimetria tecnológica, área de interesse prioritário para todas as nações por constituir condição imprescindível para a sobrevivência nacional. Nações que não se desenvolverem tecnologicamente estarão condenadas a colher as “mígalhas” cedidas pelos senhores do conhecimento e do saber fazer, bem como a viver marginalizadas *ad aeternum*. A corrida tecnológica é cada vez mais acelerada, e o país que não estiver inserido no estado da arte dificilmente será considerado em sua expressão soberana.

Outra consequência (ou causa?) dessa “nova ordem” vigente tem sido a crescente afluência de atores não estatais a compartilhar decisões e ações com os Estados, imprimindo, assim, nova feição à governança mundial.

A conjunção de tantas transformações tem levado até mesmo a especulações sobre o fim dos Estados nacionais, o que, de antemão, parece-nos utópico.

Essa simbiose das mais intrincadas variáveis no contexto mundial, sob o manto da propagação instantânea de crises econômico-financeiras — que, por sinal, começam a proliferar —, dá margem

a uma grande questão no momento: que mundo emergirá desse “imbróglio”?

Aí está mais uma instigante incógnita do mundo contemporâneo...

Desafios à Defesa Nacional

Não se pretende aqui realizar a abordagem daqueles desafios sobejamente explorados pelos estudiosos e analistas, particularmente os que se referem às citadas “novas ameaças”.

Antes, sim, aqueles que se apresentam de maneira velada, sutis, disseminados nos meandros da aparente normalidade do relacionamento entre Estados e destes com seus cidadãos.

Antes, porém, é conveniente deixar nítida a ideia de que os propósitos da Defesa, em sua quase totalidade, demandam longo prazo de preparação para ser alcançados. Assim, quanto mais cedo começarem a ser implementadas as ações nesse sentido, mais prudente terá sido a decisão política. É muito simples afirmar-se que a Defesa Nacional necessita desta ou daquela providência. Mas, o que se tem visto até então no país são medidas paliativas, que mascaram vulnerabilidades. É vital para a Nação que realmente se dê um primeiro passo consistente, que seja seguido por outros tantos, sob pena de se cair no vazio. A descontinuidade é fatal para fazer morrer qualquer empreendimento, muito mais em se tratando de Defesa Nacional.

Como primeira consideração, é imprescindível que a Defesa Nacional se assente sobre uma real capacidade dissuasória, que realmente convença o agressor a não consumir seu intento. Nenhuma defesa é mais eficaz do que aquela que assegura a um país a faculdade de evitar que ele seja alvo de uma agressão armada e de ter respeitados seus legítimos interesses. Em outras palavras, dissuasão como capacidade de resguardar o país do envolvimento em uma guerra ou em um conflito armado.

A dissuasão, muitas vezes entendida apenas pelo aparato bélico do Estado, encerra múltiplos ingredientes nem sempre visíveis e até bastante diferenciados entre si, compondo, entretanto, um todo com a mesma finalidade.

Ao longo deste tópico, serão abordados alguns dos aspectos que mais contribuem para uma real capacidade dissuasória, além do aparato militar, que é o principal.

Sob esse enfoque, um dos mais complexos desafios a se enfrentar, para se conformar na plenitude a Defesa Nacional, é a imprescindível “conscientização da sociedade” sobre a importância dessa atividade. Pretender, segundo algumas propostas, que a comunidade nacional entenda da noite para o dia a significância da defesa para a vida do país, particularmente em um contexto de ameaças não evidentes, é uma forma simplista de defrontar esse desafio. Ainda mais quando outras prioridades sociais estão a reclamar atenção e atitudes urgentes dos governantes.

Essa conscientização é objetivo de longo prazo. Faz-se muito mais por meio da educação, principalmente a fundamental, do que por estratégias de *marketing*. Este é um dos aspectos que a escola, em sua nobre missão de formar o cidadão, não pode relegar. O que se vê hoje é que valores patrióticos, especialmente os relacionados com defesa, simplesmente não são considerados no dia a dia dos alunos, salvo raríssimas exceções.

Ainda no quadro de conscientização social, depara-se, no Brasil, já de algum tempo, com a barreira representada pela aversão às Forças Armadas, erigida por falta de visão estratégica ou por razões pessoais, tanto da parte de autoridades quanto de pessoas em funções-chave do Estado. Depara-se até com a idiotia de se questionar a

existência ou a necessidade do braço armado do poder nacional, fato agravado por propostas estapafúrdias, como a de transformação das Forças Armadas em “milícia nacional.”

Talvez esse desafio tenha origem em um retrógrado amálgama ideológico proveniente de concepções reconhecidamente incompatíveis com

a tradição e a cultura nacionais; ou, por outra, seja decorrente da falácia de que “o país situa-se em região pacífica, desnuclearizada, sem a eclosão de conflitos consideráveis”. De qualquer forma, trata-se de

concepções que apostam na divisão, não na soma. Porém, essa realidade do agora não deve substituir a incerteza do amanhã e, muito menos, traduzir-se em letargia nas questões de defesa. No mundo de rivalidades, ambiguidades e divergências em que hoje se vive, não há região que se possa assegurar como imune a conflitos armados.

Prosseguindo nas considerações sobre a capacidade dissuasória do país, há que se construir uma consistente base industrial de defesa (BID)³, em que se processe o desenvolvimento de tecnologias eminentemente nacionais, sem, é claro, arroubos xenofóbicos.

O desafio representado pela construção dessa base, imprescindível para a Defesa Nacional, somente será sobrepujado se for implementada uma política governamental nítida, que assegure recursos compatíveis para pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, a par de estímulos às indústrias participantes, seja pela isenção ou tributação especial, seja pela garantia de aquisição pelas Forças e de exportação para parceiros comerciais.

Mas, aqui, depara-se com um desafio de outra natureza, um desafio entremeado por outro desafio. Trata-se da reação internacional oriun-

A dissuasão não prescinde do domínio da tecnologia nuclear, ainda que direcionada para fins pacíficos ou como fonte de energia

da de potências que exercem cerrado controle sobre a produção e o comércio internacional de implementos bélicos. O argumento normalmente aludido por elas reside no “interesse humanitário” de se evitar a propagação de conflitos armados ou o risco de que armas poderosas caiam em mãos do terrorismo internacional ou de governos inescrupulosos. Falácia ou não, o que se observa é que essa reação se deve muito mais ao surgimento de novos concorrentes capazes de prejudicar os negócios dos tradicionais e poderosos fornecedores. Chegam mesmo a propor aos países interessados em desenvolver sua indústria de material de defesa que renunciem a esse intento e deixem que sua defesa nacional seja assegurada pelas potências “aliadas”. Sugerem elas que seria “mais interessante que os governos economizassem gastos com forças armadas encarregando-as de combater delitos transnacionais”. A somar-se a esse questionamento dos poderosos, encontra-se a figura da “espionagem industrial”, com o duplo propósito de copiar conhecimentos tecnológicos ou de frustrar seu desenvolvimento.

A dissuasão não prescinde do domínio da tecnologia nuclear, ainda que direcionada para fins pacíficos ou como fonte energética. Porém, este é outro desafio para a Defesa Nacional, pois as contestações, internas e externas, são as mais enfáticas possíveis, até porque as potências mundiais, por meio de entidades fiscais por elas mantidas, estão exercendo controle cada vez mais rígido sobre os países com capacidade de desenvolver essa tecnologia. A bandeira desfraldada é sempre a mesma — “salvar a humanidade de uma hecatombe nuclear”. Isso seria verdadeiro e convincente caso todos os países detentores desativassem de vez e unanimemente seus artefatos nucleares. Dessa forma, o exemplo agregaria legitimidade e caráter impositivo. Um dos aspectos importantes nessa área é que o país não assine termos aditivos aos

tratados anteriormente ratificados, a permanecer a atual assimetria entre os armados e os desarmados.

Como superar tais desafios é uma questão de criatividade estratégica, que passa pela afirmação da soberania nacional, pelos princípios da não intervenção e da reciprocidade e, se necessário, até mesmo pela *política do fato consumado*...

Outro óbice, que se tem mostrado persistente no país e, em consequência, responsável pelo sucateamento das Forças Armadas, reside na insuficiente alocação de recursos financeiros para a área da defesa, a par de constantes contingenciamentos.

Por razão de Estado, não faz sentido tomar como referencial para essa alocação as “possibilidades [financeiras] do país”. Estas são contabilmente fluidas, visto que passíveis de variações e subjugadas aos “humores” de cada governo em cada conjuntura. Esse referencial não pode servir de parâmetro oficial para se atender a uma questão de tamanha magnitude como a Defesa Nacional. O referencial que nos parece mais sensato e correto são as “necessidades de defesa do país”, estas, sim, mensuráveis, coerentes e adequadas a compor parcela do orçamento da União, ainda que as Forças Armadas sejam aquinhoadas conjuntamente, nunca permanentemente, de acordo com as possibilidades do país. Convém insistir: o referencial legítimo para se desenvolver e manter o braço armado da Nação devem ser suas necessidades de defesa, precisamente catalogadas e de exato conhecimento do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Outro aspecto a se considerar nesse particular é entender-se a alocação de recursos para a Defesa como investimento social e não como custeio da “máquina pública”. Afinal, a defesa está intimamente atrelada ao bem-estar social, além de constituir o seguro da Nação e fator imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Mais um desafio não muito evidente e que também parece resultante de percepção equivocada

é o planejamento estratégico da Defesa apoiado em técnicas de cenários prospectivos, particularmente de médio e longo prazos. Esse tipo de planejamento, basicamente resultante da aplicação de modelos matemáticos a situações subjetivas, poderá refletir visões surrealistas sobre o futuro das Forças Armadas, principalmente em termos de estruturação e equipamentos. Em outras palavras, essa “base de planejamento” não se mostra com a necessária consistência para assegurar que as medidas decorrentes a serem implementadas estarão consentâneas com as adversidades a enfrentar no futuro.

Data venia, o sensato seria esse planejamento assentar-se sobre dois pilares:

- o vulto do que se tem de defender e suas vulnerabilidades; e
- a incerteza das ameaças a que o país está sujeito no mundo contemporâneo.

O primeiro pilar vai conduzir às já aludidas necessidades de defesa. Basta uma sucinta análise da amplitude do que significa a missão constitucional de defender a Pátria, a par das demais incumbências legais atribuídas ao aparato defensivo, para se compreender sua magnitude.

Quanto às vulnerabilidades, ou seja, aquelas deficiências que podem ser aproveitadas por forças adversas para enfraquecer o poder nacional ou o sistema defensivo do país, elas também concorrem para orientar o planejamento estratégico da Defesa, uma vez que sua eliminação coaduna-se com as necessidades de defesa.

O segundo pilar traduz, basicamente, a imposição de o país ter de dispor de Forças Armadas altamente adestradas, equipadas com o que houver no ou próximo do estado da arte e dotadas de elevada flexibilidade. Em outras palavras, as Forças Armadas, daqui para o futuro, precisam estar capacitadas a enfrentar com eficácia as mais imponderáveis e inusitadas ameaças, mesmo que não se vislumbre sua concretização. Caso contrá-

rio, acentua-se a vulnerabilidade de não estarem plenamente capacitadas a atender aos ditames constitucionais que lhes estão afetos.

Também como desafio para a Defesa Nacional, certamente mais visível que outros, já que vem ocupando a pauta de discussões sociais nos últimos tempos, é o emprego ordinário das Forças Armadas em ações de Segurança Pública.

Constitucionalmente, essa possibilidade já se encontra perfeitamente definida, ou seja, quando reconhecidamente esgotada a capacidade das forças policiais e, neste caso, o emprego se dará sob condições específicas previamente estabelecidas em lei.

O emprego sistemático das Forças Armadas como polícia desvirtua-lhes a essência de “máquina de guerra” que devem ser, submete-as a atuações incompatíveis com seu armamento (pesado), fator que pode até impedir-lhes uma ação mais eficaz, além de se traduzir em desprestígio para as próprias organizações policiais, que passariam a ser vistas como incapazes de cumprir suas missões ou mesmo como desnecessárias. O que não é o caso.

Esse desafio pode ser eliminado mediante o esclarecimento à sociedade sobre a impropriedade de tal emprego, a par de se retirar o tema da pauta de discussões governamentais por não atender aos interesses da Defesa Nacional nem da Segurança Pública.

No ordenamento internacional dos tempos atuais, já se vislumbram reações a uma maior projeção do Brasil no contexto das nações, até mesmo da parte de vizinhos que se afirmam aliados, caracterizando mais um óbice aos interesses nacionais.

Daí, pode-se inferir que, quanto maior for o protagonismo do País, quanto mais solicitado for a participar de decisões com repercussão mundial, mais garantia de autodefesa ele deverá possuir.

Nesse particular, reacende-se a importância da capacidade dissuasória, tanto para respaldar a

voz ativa da Nação nos foros internacionais quanto para desvanecer intenções hostis à integridade patrimonial e aos interesses nacionais. E como o Brasil se encontra em trajetória ascendente no contexto mundial, não é sensato consentir que ele permaneça no incongruente patamar de autodefesa em que se encontra no momento.

O mundo contemporâneo, em relação ao passado recente, é outro bastante distinto, particularmente em decorrência do célere desenvolvimento tecnológico, a exemplo das telecomunicações e da rede mundial de computadores.

A propósito, o Prof. Couteau-Bégarie descreve a guerra atual como uma

confrontação tecnológica de muito elevada intensidade, no espaço, com armas guiadas com precisão, sobre um campo digitalizado, com uso intensivo de novas técnicas de comunicação.

O espectro eletromagnético, que facilita e agiliza sobremaneira as comunicações na atualidade, é passível das mais variadas interferências, o que lhe retira qualquer garantia de sigilo ou de integridade. Há evidências de que *hackers* trabalham no sentido de infectar com vírus eletrônicos as redes de comando e controle dos adversários. As redes de computadores infectadas já têm até nome — *botnets*. Este se torna, portanto, mais um desafio contemporâneo para a Defesa Nacional: proporcionar segurança à atividade de coordenação e controle, amplamente sujeita aos denominados “cibercrimes”. A cada contramedida de proteção que se implementa, surge nova medida de interferência.

Este desafio tecnológico é crucial para o exercício do comando, particularmente em cenários de conflito armado ou de guerra — a “e-guerra” —, por confrontar a necessidade de rapidez nas comunicações com a expressa falta de segurança.

Atualmente, a Defesa Nacional depara-se com a ênfase que vêm adquirindo os denominados “conflitos de 4ª geração”, que, no contexto ou não de uma guerra regular, reúnem peculiaridades não verificadas nas gerações anteriores.

Dentre as características desses conflitos, encontram-se: nítida assimetria de poder de combate entre os beligerantes; preponderância da tecnologia; atuação de forças irregulares; emprego de combatentes terceirizados; participação de atores não governamentais (armados ou não); simultaneidade das operações militares com ações de não guerra etc. Essa diversidade de aspectos redundava em mais um desafio para a Defesa Nacional, que é a preparação do pessoal também para o cumprimento de missões não identificadas com as típicas operações militares realizadas nos campos de batalha. Além disso, essa diversidade de imposições exigirá que o planejamento das operações, sua condução e o preparo das forças combatentes se processem sob um ângulo muito mais complexo. Talvez, requeira até mesmo o concurso de especialistas civis convocados para atuar concomitantemente com os planejadores e as tropas em combate.

Um outro desafio sutil que pode se antepor à Defesa Nacional nos tempos atuais é o resultante de uma série de ações adversas direcionadas para as áreas econômica e diplomática. Sob esse enfoque, vislumbra-se o risco de desestabilização político-econômica induzida por uma potência, porém implementada por terceiros ou por coligações de países, como medida preparatória de uma ação mais ofensiva de natureza eminentemente militar. Atitudes como campanha sistemática contra o país, revisionismos históricos, congelamento de ativos nacionais no exterior, exclusão comercial, represálias contra empresas nacionais no exterior, barreiras econômicas a produtos brasileiros são algumas das ações que podem ser executadas com o propósito velado de provocar instabilidade política

e econômica no país, enfraquecendo-lhe o poder nacional e antecedendo a ações coercitivas mais agressivas. Este enfoque demonstra como a Defesa Nacional pode ser afetada por fatores os mais diversos, extrapolando as fronteiras da expressão militar, e como ela deve ser tratada por todos os segmentos da sociedade nacional e não apenas por militares. Aliás, esta perspectiva não constitui nenhuma novidade, pois pode ser entendida segundo a máxima da estratégia indireta de Sun Tzu, de que o ideal é derrotar o inimigo sem ter que combater.

Há que se tomar também como desafio para a Defesa Nacional a descontinuidade na implementação das ações estratégicas decorrentes dos planejamentos de alto nível, fator certamente capaz de comprometer a consecução dos objetivos colimados para ela, em especial na sua vertente armada. Essa descontinuidade, muitas vezes resultante de parcelamento ou variabilidade de objetivos, ou seja, realização parcial ou mudanças extemporâneas na proposta original, é mais fruto de variações introduzidas a critério de cada nova gestão governamental ou das próprias Forças Armadas do que imposição das circunstâncias. Tal sistemática jamais permitirá que os objetivos propostos sejam plenamente atingidos e, em consequência, que o país consiga concretizar um dia a completude do braço armado do poder nacional. Esse desafio, que se mostra uma constante em nossa administração pública, tem sérios reflexos negativos para as estratégias de preparo das Forças. O ideal é que, uma vez definidos, os rumos não sofram desvios decorrentes de personalismos, mas apenas correções conjunturais fortuitas.

Um aspecto também sensível e que pode ser visto como mais um desafio para a Defesa é o referente à plena integração das Forças Armadas, que não pode, de forma alguma, significar violação da essência, da personalidade, de cada uma. As Forças devem estar totalmente integradas em termos de planejamento da Defesa, de conheci-

mentos doutrinários sobre as respectivas peculiaridades operacionais e de atuação conjunta, sem, entretanto, ser colocadas em um cesto comum e “misturadas”. A propensão a esse risco verifica-se particularmente na área logística, que é operacional e não pode ser confundida com gestão administrativa do dia a dia. Sob o anseio da padronização, pode-se incorrer no erro de não se considerarem as peculiaridades operacionais de cada Força e, em decorrência, impor-lhes medidas que atentem contra sua eficácia no exercício da atividade fim — o combate. Assim, a desejada padronização tem que ser relativa e ponderada e não pode ser adotada com base em pareceres de “especialistas em administração”, mas que nada conhecem da essência das Forças. Os profissionais das Forças Armadas, com anos de vivência em suas fileiras, é que conhecem profundamente as peculiaridades de cada uma, não devendo, portanto, ser ignorados quando de decisões políticas sobre as medidas a serem adotadas nesse sentido.

Para finalizar

Vários outros aspectos caracterizados como pouco evidentes ou implícitos, representando desafios à Defesa Nacional no mundo contemporâneo, poderiam ainda ser aqui considerados.

Entretanto, dentro do escopo deste trabalho, foram abordados aqueles, que, embora revestidos de sutileza, podem demandar maior cautela por parte de quantos atuam na área da Defesa Nacional.

Assim, não se pode perder de vista que Defesa é um item da vida nacional revestido de elevada complexidade, diante da gama de aspectos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e militares que a conformam. Ou seja, necessita do envolvimento de todos os segmentos sociais, embora a cúpula governamental e as Forças Armadas sejam os atores mais diretamente investidos de responsabilidades nessa área.

Outro aspecto a se considerar é que as medidas necessárias a tornar concreta a capacidade defensiva do país demandam longo prazo e continuidade para sua implementação.

O aspecto mais significativo da Defesa Nacional é, sem dúvida, a capacidade dissuasória do país. Esta, conforme aludido, assenta-se em uma ampla base de requisitos e não, como pode parecer, apenas na existência das Forças Armadas, que, não resta dúvida, revestem-se de suma importância, uma vez que é irreal o poder nacional que se pretenda desarmado. Porém, elas não são absolutas para proporcionar dissuasão diante das mais inusitadas ameaças que podem afrontar a Nação no mundo contemporâneo.

Hoje, é consenso que o embate armado não se mostra como o instrumento mais adequado para a resolução de conflitos entre Estados. Mas, diante da nuvem de incertezas que paira sobre o mundo contemporâneo, a capacidade de revide

pelas armas, certamente, continua sendo o último argumento. E, como tal, não pode ser ignorado, principalmente por quem tem muito a defender.

Além disso, um país que queira reunir condições satisfatórias de desenvolvimento, particularmente em ambiente internacional altamente competitivo, não pode prescindir de um aparato defensivo, o que torna a Defesa Nacional indissociável do bem-estar social. Daí, infere-se que os recursos financeiros alocados à Defesa são, na essência, um investimento social e não, como propalam alguns detratores sem visão estratégica, gastos desnecessários com a “máquina pública”.

Em síntese, muitos são os desafios velados que se apresentam hoje ao sistema de defesa do País. Ignorá-los pode ser atitude comparável ao gesto do avestruz, que esconde a cabeça em um buraco quando pressente o perigo, na ingênua expectativa de que ele se afaste. ☺



Editorial 2011

Coleção General Benício

AS OBSESSÕES PATRIÓTICAS

Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro

Leonardo N. Trevisan

A obra é um profundo e lúcido estudo da evolução do ensino militar no Brasil, das suas origens coloniais até a Revolução de 1930, por meio do qual vão surgindo os cenários e os acontecimentos mais importantes da nossa história. Tem indiscutível valor como trabalho acadêmico sobre um tema já abordado por muitos autores nacionais e estrangeiros.

O autor é graduado em História pela Universidade de São Paulo, além de mestre e doutor em História Econômica e Ciências Políticas. No vasto repertório de publicações, constam duas sobre assuntos referentes às nossas Forças Armadas: *Instituição Militar e o Estado Brasileiro* e *O Pensamento Militar Brasileiro*, ambos pela Editora Global.